

## **REGULAMENTOS**

### **7. REGULAMENTO PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BRAGA – PROPOSTA DE ABERTURA DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO.**

Submete-se proposta de abertura de início de procedimento de regulamentação para criação do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga, de acordo com as alíneas b), d), g), h), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no uso das competências expressamente referidas na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 12682

**Data:** 14/02/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b> Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O Presidente</b>

<b>O(a) Chefe Divisão/ O(a) Diretor (a)</b>	<b>O(a) Diretor(a) Municipal</b>
---	----------------------------------

**Assunto: Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**

**PROPOSTA:** Pelo Sr. Presidente da Câmara foi proposta a elaboração de um Regulamento para a criação do **Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga (Documento nº 1)**.

Assim sendo, e verificando-se:

1. que na proposta remetida a esta DAAJ, está fundamentada a necessidade de regular

---

- **considerando que**, o grande desafio da transformação urbana passa pela necessidade de uma visão integradora dos múltiplos vetores que a constituem reconhecendo que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida de Braga. Desse modo, essa transformação está dependente do papel ativo dos governos locais enquanto agentes transformadores do território. Ao serem o nível de governação mais próximo da população, com um conhecimento profundo do contexto e comunidades locais, com a capacidade de convocar e mobilizar atores territoriais, e com legitimidade democrática e institucional para promover o diálogo e o empenho em diferentes níveis, os governos locais estão numa posição ideal para traduzir uma agenda ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente, tornando-a realidade para os cidadãos.

2. e que o Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP,

---

Está o processo em condições de:

- 1. ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.**

**Assim,**

Deverá o processo ser remetido à **Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos (UAAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

**SOB PROPOSTA DA SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de regulamentação**, para criação do **Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

**A Técnica Superior,**

**Anexos:**

1. Proposta e respetiva fundamentação .

## **Proposta Reunião de Câmara**

Considerando que o grande desafio da transformação urbana passa pela necessidade de uma visão integradora dos múltiplos vetores que a constituem reconhecendo que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida de Braga. Desse modo, essa transformação está dependente do papel ativo dos governos locais enquanto agentes transformadores do território. Ao serem o nível de governação mais próximo da população, com um conhecimento profundo do contexto e comunidades locais, com a capacidade de convocar e mobilizar atores territoriais, e com legitimidade democrática e institucional para promover o diálogo e o empenho em diferentes níveis, os governos locais estão numa posição ideal para traduzir uma agenda ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente, tornando-a realidade para os cidadãos.

Paralelamente, a materialização estratégica e do planeamento de estratégias de desenvolvimento sustentável integradas devem ser caracterizadas pela participação das partes interessadas locais, assente no reforço das capacidades e partilha de conhecimento das suas instituições e por via da colaboração de diversas entidades e personalidades que conosco possam pensar e decidir o território, pensar estratégia e, acima de tudo, pensar o futuro.

Assim, face ao percurso do Município de Braga no âmbito do Desenvolvimento Sustentável e considerando:

- as experiências resultantes do projeto piloto Global Goals for Cities do URBACT, uma rede piloto e uma parceria estratégica que visou acelerar o progresso para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 19 cidades da União Europeia, através da aprendizagem entre pares e planeamento de ações integradas onde Braga se destacou;
- o nível de concretização da Agenda 2030 que segundo os estudos regulares, por exemplo do Centro de Estudos e Sondagens de opinião da Universidade Católica que coloca o Município de Braga perto dos 70% face à realização das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou do projeto ODS local;
- o reconhecimento nacional e internacional de Braga na ótica do Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente na mais recentemente edição do ECO XXI da


Associação Bandeira Azul Europa que coloca Braga na linha da frente das melhores políticas em Portugal neste âmbito e, internacionalmente, no âmbito da plataforma CDP Cities onde Braga se destaca, pelo terceiro ano consecutivo, junto das melhores cidades do mundo na ação climática e sustentabilidade;

- o posicionamento de Braga na vanguarda das orientações das políticas públicas para a próxima década focadas na inovação e conhecimento, nomeadamente a Estratégia da Europa para o novo ciclo de fundos de coesão e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável;

Proponho que o Executivo Municipal, ao abrigo da atribuição constante do nº 1 do artigo 23º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de «promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações», designadamente nas áreas elencadas nas alíneas b), d), g), h), k) e m) do nº 2 do citado diploma, bem como das competências conferidas pela artigo 33º, nº 1, alíneas k), delibere a aprovação da constituição de um **Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**.

Braga, 13 de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara,

  
Ricardo Rio